

Máfia da Saúde fora de controle

■ Presidente da FNS acredita que assassinato de empresário pode ter sido tramado por concorrentes, mas diz que nada pode fazer

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — A máfia dos fornecedores de vacinas e remédios para o Ministério da Saúde existe e vai continuar fazendo suas vendas normalmente para a Fundação Nacional de Saúde. É o que se pode concluir a partir das declarações feitas ontem pelo presidente da fundação, Edmundo Juarez. Para ele, o empresário Alcides José Peres, um dos maiores fornecedores do ministério, pode ter sido assassinado a mando de empresas concorrentes. "Eles (os empresários) se sabotam e, pelo que consta, até se matam. Os pistoleiros devem ser conhecidos de alguma empresa."

Mesmo reconhecendo o perfil mafioso dos responsáveis pela venda de vacinas destinadas às crianças brasileiras, o presidente da Fundação não acha necessário rever a política de compras. A instituição não vai deixar de lidar com esses fornecedores ou interromper a compra de vacinas e inseticidas através de licitações. "Nós não temos nada a ver com o que acontece lá fora. O ministério não pode parar, e nós vamos continuar tocando nossas coisas", disse.

"É um mercado louco. Não dá para fiscalizar. Não dá para evitar esses acordos", afirmou Juarez, ao reconhecer que são normais as práticas de superfaturamento e cartelização. O empresário foi morto a tiros quando chegava ao trabalho anteontem. Suspeita-se que o atentado tenha sido planejado por uma máfia que atua no Ministério da Saúde, integrada por empresas acusadas de formar cartéis e aumentar os preços durante as licitações. A empresa de Alcides costumava apresentar preços mais baixos que os de seus concorrentes.

Acordos — Algum desses acordos pode estar ligado à morte de Alcides. Sua empresa, a Sainel Médico Hospitalar, que representa a empresa americana MD2, estava prestes a ganhar duas licitações para o fornecimento de vacinas Triplíce DPT e soro anti-diftérico, num valor total de 544.060 dólares, porque apresentou o preço mais baixo.

O ministro Adib Jatene diverge do presidente da Fundação e disse ontem que não acredita numa relação entre o assassinato do empresário e a licitação promovida pelo Ministério da Saúde para a aquisição de novos medicamentos. "Este é um problema da polícia", disse. O ministro garantiu, no entanto, que mandará investigar para saber se os preços dos medicamentos adquiridos pelo ministério estão dentro dos padrões internacionais. Segundo Jatene, "não há fraude" no ministério.

A Polícia Civil do Distrito Federal começou a investigar ontem as empresas que participam ou participaram das licitações da Fundação Nacional de Saúde. Os policiais acreditam que essas empresas podem ter participação no assassinato do empresário.

A principal pista é o depoimento de Josué de Barros, último dono da moto XLX, placa JJM-2432, usada no crime e depois abandonada. A partir do depoimento de Josué, a polícia fez o um retrato falado do homem que comprou a moto no domingo passado em uma feira de Brasília. De acordo com o depoimento, o homem de estatura mediana, forte, moreno e com "uma barriga considerável" se interessou logo pela moto. Josué pensou em não vender e, por isso, arriscou um preço alto: R\$ 3.200. O suspeito aceitou na hora, pagou em dinheiro, e não levou nem os documentos.

Relato — Um delegado da Delegacia de Homicídios do Distrito Federal explica que o depoimento de Josué, aliado às pistas já encontradas, ligam o assassino a uma grande organização. Por isso, o dia-a-dia de Alcides e seus últimos desentendimentos durante as licitações da Fundação Nacional de Saúde estão sendo levantados. "Não houve economias para matar o empresário. Tudo leva na direção das licitações", disse o delegado.

A moto e as roupas abandonadas, além das balas encontradas no local do crime, estão sendo periciadas. Três equipes da polícia civil estão investigando o caso. O delegado titular da 2ª DP, encarregado do inquérito, acha que o depoimento da sócia de Alcides, Maria de Lourdes dos Santos, é um passo importante para esclarecer o caso. Maria de Lourdes, que no dia do assassinato disse que o crime pode ter sido fruto de uma briga durante uma concorrência, deve depor hoje. Policiais civis estranharam o seu comportamento ontem. Em conversa informal, Maria de Lourdes se mostrou nervosa, e chegou a minimizar o que havia dito no dia do crime. Maria de Lourdes é sócia minoritária da empresa de Alcides, e seu ex-sócio só deixou a mulher e os filhos, de 2 e 5 anos, como herdeiros.

O empresário Alcides Peres estava atrapalhando a realização de uma concorrência de 10 milhões de dólares para a compra de inseticidas pela Fundação Nacional de Saúde (FNS). Alcides Peres era considerado o mais forte concorrente a vencer a licitação, que foi adiada por quatro meses, enquanto outros empresários do setor aguardavam a decisão de um processo administrativo da Fundação que pode enquadrar a empresa como fornecedor inidôneo, impedido-a de negociar com o governo.

Associado à empresa MD2, de Miami, que tem registro nos Estados Unidos como um restaurante, Alcides Peres conseguia representações de laboratórios desconhecidos no Brasil, mas com preços mais baixos que o de seus concorrentes. Essa era a estratégia que ele prometia repetir na concorrência do inseticida.



Maria de Lourdes dos Santos, no enterro de Peres: polícia suspeita do comportamento da única sócia do empresário, que ainda não quis depor